



Tecnologia

LGPD no desenvolvimento de software

By Marcos Silva

8 de setembro de 2021

Em um mercado cada vez mais **digital**, a manipulação de dados pessoais se tornou essencial para orientar e guiar estratégias de empresas ao redor de todo o mundo. Entretanto, não são raras as formas de captação e de tratamento dessas informações que ocorrem de forma abusiva e não consensual.

Sendo assim, legisladores de muitos países passaram a discutir regras para que a proteção da privacidade fosse garantida, impactando diversos setores da economia, sobretudo, o de TI.

No Brasil, essa discussão levou à elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados, mais conhecida pela sigla LGPD. Por aqui, embora a lei já vigore parcialmente desde 2018, somente em agosto de 2020 passou a vigorar em sua integralidade. A partir dessa última data, os artigos da lei que tratam das penalizações passaram a valer e estão fazendo centenas de empresas correrem contra o tempo.



Diante disso, elaboramos para você este artigo com diversas informações importantes para que compreenda como a LGPD impacta no desenvolvimento de software e quais as precauções devem ser tomadas para que nada seja infringido. Acompanhe!

O que é a LGPD?

A Lei Geral de Proteção de Dados foi estabelecida pela lei nº 13.709/2018 e surgiu como resposta a um movimento global de discussão em torno de garantias e direitos dos usuários da Internet.

A captação de dados pessoais sempre foi utilizada pelas empresas que estão na rede, mas também fora dela, como forma de conhecer melhor os seus consumidores e o público que se interessa pelos produtos e serviços oferecidos.

Dessa maneira, o uso dessas informações costuma integrar as ações de marketing e publicidade, desenvolvimento de soluções, design de produtos, entre outros. Entretanto, a captação dos dados geralmente ocorria de modo automático sem a ciência de quem detinha a propriedade sobre eles.

Por isso, a elaboração de regulamentos que disciplinam a manipulação das informações coletadas seria, mais cedo ou mais tarde, o único caminho possível para a garantia de um dos princípios basilares dos Direitos Humanos: o da privacidade.

Por essa razão, a LGPD instituiu uma série de normas que, em última instância, visam garantir que nenhum dado seja coletado sem a expressa autorização de seu titular. Além disso, devem ser esclarecidas quais são as informações que serão coletadas, para que serão utilizadas, com quem serão compartilhadas etc., dando condições para que o usuário possa julgar se deseja ou não prosseguir.

Ademais, o instrumento legal ainda prevê penalizações para as organizações que descumprirem as normas, as quais englobam advertências, multas e suspensão ou proibição do exercício de atividades que lidam com tratamento de dados.

É importante ressaltar, ainda, que os dados advindos de fornecedores, por exemplo, também devem ser enquadrados na LGPD, sendo que qualquer mal uso deles poderá resultar em sanções.

Qual é o impacto da LGPD no desenvolvimento de software?

Como dissemos acima, a área de TI é uma das que tiveram maior repercussão com a vigência da LGPD, uma vez que é o setor responsável pelo gerenciamento dos dados que estão sob custódia de uma determinada empresa.



Sendo assim, a atenção que já era direcionada à segurança dos dados passou a ser redobrada, que se evite qualquer forma de exposição e vazamento indevidos ou tratamento que não siga as boas

práticas.



A situação é ainda mais delicada ao se considerar que boa parte das organizações que desenvolvem softwares atuam como **outsourcing** de outras empresas. Isso significa que dos dois lados devem existir elementos capazes de proteger os dados pessoais para que se fortaleça a confiança de seus clientes.

Nesse contexto, a LGPD estabelece que mesmo os dados que não pertencem originalmente a uma determinada empresa, isto é, que não estão sob sua proteção, devem ser processados e tratados dentro dos termos da lei.

Na prática, todos os dados pessoais que estão sendo processados em uma empresa passam a ser de responsabilidade dela, independentemente de ser ou não quem os gerencia. Além disso, é indispensável que se reorganizem os bancos de dados para que seja possível a anonimização, a qual não permite que se reconheçam os titulares dos dados.

Dessa forma, pensar no desenvolvimento de soluções que interajam com dados de pessoas exige uma postura mais rígida em relação à forma como eles serão controlados, processados e tratados. Por isso, o desenvolvimento de software precisa considerar novas práticas que incorporem as normas estabelecidas pela LGPD sem apresentar riscos para os titulares e para as empresas.

Quais práticas podem ser adotadas no desenvolvimento de software?

Ainda nos anos de 1990, foi desenvolvida a ideia de Privacy by Design — Privacidade desde a Concepção — por alguns grupos de pesquisadores. Contudo, o termo passou a ser mais difundido em todo o mundo depois de 2017, ano em que, considerando esse conceito, a União Europeia aprovou e publicou o **GDPR**, a lei de proteção de dados voltada para os cidadãos europeus.

No Brasil, a LGPD também engloba os princípios do Privacy by Design o qual, embora não garanta total adequação à lei, é considerado hoje como uma boa prática de gerenciamento de dados pessoais.

Dessa maneira, após mapear a origem dos dados, os 7 princípios desse modelo que tem sido seguido em todo o mundo são:

1. Pró-ativo não reativo; preventivo não corretivo

A ideia central é desenvolver métodos que permitam prever situações que coloquem em risco a privacidade dos dados. Dessa maneira, espera-se que a equipe de desenvolvimento não espere o problema aparecer para, somente então, agir, mas sim buscar antecipar o que pode ser um ponto fraco e resolver antes mesmo de sua ocorrência.



2. Privacidade como padrão

Provavelmente um dos princípios mais relevantes, adotar a privacidade como padrão de qualquer sistema, solução ou demais práticas de um negócio é essencial. Isso significa que o titular dos dados não precisa fazer qualquer tipo de configuração para que não tenha os seus dados capturados, pois esse já é o padrão pré-estabelecido.

Assim, primar pela coleta somente dos dados estritamente necessários e priorizar a coleta de dados que não possam ser identificados são algumas das práticas que podem ser adotadas para responder a esse princípio.

3. Privacidade incorporada ao projeto

A privacidade deve estar incorporada em todas as fases de um projeto e não ser vista como um adicional. Desse modo, a arquitetura dos sistemas de TI deve considerar desde o seu planejamento até a distribuição de todos os dispositivos que garantam a privacidade dos dados.

4. Funcionalidade total (soma positiva, não soma zero)

Com um conceito próximo ao do princípio anterior, a ideia é que as medidas de **segurança** sejam incorporadas dentro de todo o projeto a fim de que elas não provoquem quaisquer prejuízos à funcionalidade total da solução.

5. Segurança de ponta a ponta

Todas as formas de tratamento de dados devem estar protegidas sob rígidos padrões de segurança. Dessa maneira, todo o ciclo de vida do dado, desde o momento em que ele é coletado até o momento de seu descarte, deve ser seguro.

6. Visibilidade e transparência

Outro ponto chave do Privacy by Design, bem como das leis de regulamentação, a transparência é indispensável para que seja garantida confiança e responsabilidade. Sendo assim, todas as condições de uso e termos relacionados aos dados pessoais devem ser exibidos para os seus titulares de forma clara.

7. Respeito pela privacidade do usuário

O ponto de partida de qualquer solução a ser desenvolvida deve sempre considerar o interesse do usuário. Por assim ser, a proteção dos dados deve ser a base do desenvolvimento em todas as situações.

Portanto, a partir do que foi levantado, é nítido que uma nova postura em relação ao tratamento de dados pessoais de clientes e consumidores é primordial para que se garantam os direitos estabelecidos

pela LGPD.



Assim, as empresas devem alinhar o seu plano de ações referentes à proteção de dados junto às equipes de TI ou as empresas **terceirizadas** para que todas as normas sejam atendidas.

Agora que você já sabe quais são os principais impactos da LGPD no desenvolvimento de software, assine a nossa newsletter e continue por dentro dos conceitos, das tendências e das inovações do mundo dos negócios.

Nos ajude a melhorar! Qual a nota que você dá para esse conteúdo?

Muito
Insatisfeito



1

Pouco
Insatisfeito



2

Neutro



3

Pouco
Satisfeito



4

Muito
Satisfeito



5

Deixe sua opinião, ela é muito importante para nós!

Enviar



Marcos Silva



[Post anterior](#)

Criptografia em instituições financeiras: entenda como funciona no setor



SOFTFOCUS

[Inicial](#)

[Sobre](#)

[Conteúdo](#)

[Trabalhe aqui](#)

[Contato](#)

[Política de privacidade](#)

[SOLUÇÕES](#)

[Proagro Fácil](#)

[ValidAgro](#)

[Astec Fácil](#)

[BNDES Fácil](#)

[Sicor Fácil](#)

[SicorWeb Fácil](#)

[CONTATO](#)



Parque Tecnológico de Pato Branco, PR

Rua Lídio Oltramari, 1628, módulo 1C



46 3225.5375

contato@softfocus.com.br

© Softfocus - Soluções para Agronegócio e Instituições Bancárias

